

RELÍQUIAS E PATRIMÔNIOS QUE O RIO VERMELHO LEVOU...¹

Izabela Tamaso

A cidade de Goiás (GO) foi reconhecida como patrimônio mundial pela Unesco em 13 de dezembro de 2001². Incorporada, a categoria “patrimônio” passou a ser acionada com certa desenvoltura por grande parte dos vilaboenses. Apenas dezoito dias após a conquista do título, o Rio Vermelho transbordou e causou a segunda pior enchente da história da cidade, destruindo casas, ruas, pontes e signos identitários³.

Não obstante lamentarem todo o prejuízo causado no patrimônio material da cidade, os vilaboenses desencadearam uma narrativa sobre seus patrimônios privados, familiares e afetivos. Relíquias da vida privada, muitos objetos, como móveis de família e fotografias, foram levados pela água, e, ao contrário das edificações, não poderiam ser recuperados e restaurados. Permaneceriam como perdas irreparáveis.

Esse contexto social de crise, revelador que foi, permitiu uma interpretação antropológica do confronto entre usos plurais da categoria “patrimônio” – em meio à diversidade dos artefatos, privados e públicos, sagrados e profanos, pessoais e coletivos – e a lógica de conservação patrimonial.

1 Texto apresentado durante 25ª Reunião Brasileira de Antropologia (Goiânia/2006), no GT 15, intitulado “Antropologia, Memória e Narrativas”, coordenado por Andrea Ciacchi (UFPB) e Julie A. Cavignac (UFRN). As reflexões aqui empreendidas são parte de minhas investigações para conclusão da tese de doutoramento, pela UnB.

2 Localiza-se na porção noroeste do Estado de Goiás a 135 Km de Goiânia, a atual capital do Estado, e a 320 km de Brasília.

3 A primeira grande enchente da qual se tem conhecimento data de 1839 e foi relatada pelo Padre Luiz Gonzaga de Camargo Fleury, então Presidente da Província de Goiás, ao Ministro Bernardo Pereira de Vasconcelos. “A Grande Enchente”, *O Goyaz*, Goiás, janeiro de 2002 (pp. 5).

Enquanto a mídia noticiava os prejuízos causados nos monumentos, vozes locais narravam, sem muita audição, danos causados aos patrimônios pessoais, familiares e afetivos: casas, objetos, relíquias, fotografias, documentos. Tais narrativas se destacam por dois tipos de relatos: (1) sobre a providência divina que foi o fato de as imagens dos santos não terem sido levadas pela força das águas; (2) e sobre as perdas de objetos pessoais e familiares. Em ambos casos, o patrimônio em questão era de outra ordem, que não pública. Observem-se os relatos do primeiro tipo:

*Todas as imagens e, principalmente, a senhora viu lá em casa o altar do Divino, a minha escrivaninha é mais alta que o altar... passou por cima da escrivaninha, encheu de água, rodeou o altar assim, não molhou nada! Não molhou santo nenhum, nem a coroa do Divino não saiu do lugar*⁴.

*O oratório... era uma sala vizinha à sala de estar [...]. E esse oratório, a gente assim... ficou encabulada, que a mesa onde ele estava, ela nem moveu do lugar. Ele permaneceu no mesmo lugar. A água, as coisas que bateram ali, nem o vidro do oratório foi quebrado, ele foi totalmente preservado*⁵.

*Não dava, não dava tempo de nada, não dava tempo de nada. Sabe uma coisa que foi um grande milagre? Pode olhar a água que altura chegou... A penteadeira caiu por cima da minha cama, andou até a arca cheia assim, que começou a querer rodar, a penteadeira... quebrou muita coisa, só um milagre, a imagem de Nossa Senhora da Conceição permaneceu. A única coisa que permaneceu! Documentos em cima da minha arca, não encontrei mais. Nossa Senhora da Conceição, a única... aquela que tá lá no meu quarto, a única que permaneceu*⁶.

Em todas as narrativas, consta a convicção de que a providência divina se fazia presente. Os santos e as insígnias milagrosamente preservados serviram para confortar o vilaboense das perdas sofridas. Aos relatos dos santos, seguiam-se os relatos dos bens, que, apesar de não serem sagrados, eram relíquias. É este segundo tipo de relato que tomo aqui como objeto de reflexão:

4 Entrevista concedida à autora em janeiro de 2002.

5 Entrevista concedida à autora em fevereiro de 2002.

6 Entrevista concedida à autora em janeiro de 2001.

*Eu acho assim mais lamentável não é nem o fato de terem rodado os móveis, roupas, porque isso a gente consegue de novo, né? A questão é nossa história que foi embora né, fotografias... do casamento da minha mãe, fotografia de quando a gente era pequeno, sabe assim, coisa assim... que você registra, coisas escritas, eu gostava muito de escrever poemas, histórias, trabalhos de escola, coisas que eu não registrei no computador né?*⁷

A jovem listou um a um seus pertences perdidos, “guardiões da imagem do sujeito” (BOLLE, 1994: 350). Em seguida, convictamente desvelou o seu sentimento de inquietude com relação à desproporção entre a atenção dada aos patrimônios coletivos e públicos e a destinada aos patrimônios familiares e pessoais:

[...] eu acho assim que eles só se preocupam com monumentos, entendeu? Erguer paredes e deixar os monumentos como estavam, e se esquecem um pouco de que quem faz a história dessa cidade são as pessoas que trabalham diariamente, que tão nas festas e comemorações batendo palmas pro governador, etc.

O “tempo social”, aquela porção da experiência cotidiana, é reduzida ao prognóstico coletivo, dado pelo “tempo monumental”, redutivo, genérico e focado em um passado constituído por categorias e por estereótipos (HERZFELD, 1991) – relatos entristecidos, lamentação acompanhada de analogias com os patrimônios “monumentais”:

*Então eu acho que tudo deve ser feito de uma forma igualitária! Se a Casa de Cora e a Cruz do Anhanguera vão ser restauradas, é ótimo, né? Goiás tem que manter a imagem. Mas as pessoas precisam ter um pouco de dignidade pra viver, porque afinal... as paredes não respiram, as paredes não têm sangue circulando nas veias delas e é muito triste assim, sabe... você deparar com uma cena como eu deparei... eu olhar por meu quarto e ver que o meu quarto só tinha lama*⁸.

De um lado, os monumentos, as paredes, a Casa de Cora, a Cruz do Anhanguera; de outro, as fotografias de família, as pessoas, o sangue. O divisor de águas: a lama e as águas do Rio Vermelho, que fizeram

7 Entrevista concedida à autora em fevereiro de 2002.

8 Entrevista concedida à autora em fevereiro de 2002.

emergir o sistema de exclusão inerente à lógica da conservação patrimonial.

Excepcionais como catalisadores das categorias patrimoniais, a lama e as águas do rio apenas fizeram sobreviver, de modo particular, uma cultura dos processos de patrimonialização que, a partir do século XIX, passaram a priorizar o público ao privado, o coletivo ao familiar/pessoal, devido à secularização e ao nacionalismo despertados nas alianças das massas com os ícones de identidade coletiva (LOWENTHAL, 1998b). Afirmou Lowenthal (1998b: 54) que “heritage over the past two centuries, most notably over the last two decades, has come to denote what we inherit and bequeath less as individuals than as collective entities”. Obviamente não se pode desconsiderar que as escolhas entre legados coletivos e pessoais variam entre culturas e os estágios de vida. O fato é que, em nome da nação, da etnia e da região, as culturas ocidentais, em geral, investiram demasiado nos espaços patrimonializados (JEUDY, 2005; LOWENTHAL, 1998b)⁹.

Na antiga Vila Boa de Goiás¹⁰, não havia aparentemente problema algum nesse projeto, pois até a perda de autonomia de intervenção sobre os seus próprios bens privados (casario) vinha sendo relativizada por boa parte dos vilaboenses, em nome do “patrimônio mundial” – esta, sim, a princípio, uma categoria de forte coesão social, mas que, no contexto da crise social, não obstante ser simbolicamente significativa e desencadeadora de grandes mudanças na percepção vilaboense sobre a categoria patrimônio, não garantiu a aceitação tácita da subsunção dos bens privados e pessoais aos coletivos. Bastou o rio subir para emergirem com ele as tensões próprias dos lugares portadores de bens patrimoniais: privado/público; indivíduo/sociedade. O conflito é constitutivo das políticas de preservação (TAMASO, 1998, 2002). É, segundo Lowenthal (1998b: 234), “endêmico ao patrimônio”.

A inundação do Rio Vermelho impactou sobremaneira a formação

⁹ Lowenthal (1998b) analisa, por exemplo, o fato de que, na Inglaterra, os legados pessoais coincidam com os coletivos.

¹⁰ A cidade de Goiás foi denominada, até 1818, de Vila Boa de Goiás, toponímico dado em 1º de agosto de 1839. Daí porque serem vilaboenses aqueles nascidos na cidade de Goiás. A cidade foi fundada em 1726 por Bartolomeu Bueno da Silva, alcunhado de Anhangüera, e foi, em seu princípio, denominada de Arraial de Santana. Em 1937, a cidade de Goiás deixou de ser a capital do Estado de Goiás, transferida para Goiânia. A partir de então, recebeu o codinome de Goiás Velho, que é rejeitado pela maioria dos vilaboenses.

de uma consciência patrimonial. Desvelou a assertiva de Peixoto (2004) segundo a qual patrimônio e identidade não são termos de uma mesma equação, pois há elementos da vida cotidiana que, não obstante serem forjados como índices de uma identidade, nem sempre são protegidos pela “logística da conservação”. Eu completaria que há bens culturais que, apesar de selecionados pelas instituições de preservação, não são apropriados na prática social.

A indignação da jovem vilaboense era de que, no momento de crise social, as perdas familiares e pessoais fossem tão pouco reconhecidas. A jovem admite que há uma *imagem* de Goiás a ser mantida e indica a Casa de Cora e a Cruz do Anhanguera como lugares que compõem esta *imagem*. O patrimônio é, então, representação de algo – uma metalinguagem acionada por meio da identidade como recurso metonímico (PEIXOTO, 2004).

Mas, para além da *imagem*, há que se preservar a *dignidade* daqueles que residem, circulam, dormem, nascem e morrem – pessoas de verdade, não *imagens* de pessoas. Convertidas em monumentos coletivos, as casas das pessoas são impingidas a um anômalo objetivismo no mais íntimo de suas vidas. A valorização dos monumentos obnubila a experiência social (HERZFELD, 1991). Há o triunfo do lugar sobre o tempo (de CERTEAU, 1994); não de qualquer lugar, e sim dos lugares que compõem as “paisagens de poder” das cidades com valores patrimoniais (ZUKIN, 2000a).

As paisagens são, segundo Zukin (2000a: 84), “ordem espacial imposta ao ambiente — construído ou natural”; é “sempre socialmente construída: é edificada em torno das instituições sociais dominantes (a igreja, o latifúndio, a fábrica, a franquia corporativa) e ordenada pelo poder dessas instituições”. Quase sempre, no processo de formação ou de reforço da “centralidade”, se estabelecem “paisagens de poder”, que são definidas como assimetrias de poder no plano socioespacial (ZUKIN, 2000a); decorrentes dos processos de *gentrification*¹¹.

11 O termo *gentrification* é usado para denominar o processo que se configura por empreendimentos econômicos em espaços selecionados da cidade, transformando-os em setores de investimentos privados e públicos (HARVEY, 1992; LEITE, 2001; ZUKIN, 2000a). É derivado do inglês *gentry*. Leite considera que a tradução do termo é ainda controversa no Brasil. Sua cautela quanto ao uso da expressão “enobrecimento” decorre de sua compreensão de que esta expressão porta uma imprecisão: “ao referir-se ao ‘nobre’ como classe ou categoria dos sujeitos de um processo que em geral, e particularmente no Brasil, relaciona-se mais a uma estratificação social por renda do que por um sistema de status” (LEITE, 2001: 2).

Uma senhora cuja residência, vizinha ao Museu Casa de Cora Coralina, foi muito afetada pela enchente desabafa:

*Nós estamos sendo tratados como objetos da cultura e não como pessoas que mereciam um pouco de respeito, e a gente não está sentindo isso da parte de ninguém, de órgão nenhum, de ninguém [...]. Somos tratados como estão sendo tratados os prédios públicos, as casas e tudo o mais. Não há um mínimo respeito pela gente, pela pessoa e pela amizade. Isso é que eu senti e é o que eu vejo*¹².

Há uma lógica da conservação que se impõe ao casario atingido pela enchente que imediatamente o torna objeto da “economia da restauração”. Segundo de Certeau (1997: 196-197), o movimento de “restauração dos objetos”, acompanhado que vem de uma “desapropriação dos sujeitos”, funda-se numa “lógica de um aparelho (técnico ou científico) que tende a isolar a consideração dos sujeitos do tratamento dos objetos”. O caso dessa senhora é típico da ação destas “administrações técnicas” que, em geral, se interessam “tanto com imóveis e tão pouco com os habitantes”.

Ela se sentiu objetificada na cidade monumental, como peças que os agentes da preservação (locais, nacionais ou mundiais) podiam deslocar e manipular em função de interesses estéticos, pedagógicos, financeiros, turísticos ou políticos. O hiato entre o “tempo monumental” e o “tempo social” se apresentou ainda mais exarcebado.

*E a gente sente mais que o interesse é todo voltado para a Casa de Cora Coralina, como se a casa de Cora Coralina fosse a única afetada, que na realidade foi a que foi menos afetada fisicamente. Eles perderam o quê? Papéis, documentos. E nós? Perdemos a casa, perdemos uma história de vida, perdemos tudo, e ninguém está preocupado com isso! Nem imprensa, nem televisão, nem nada, nem ninguém. Estamos abandonados, estamos às traças!*¹³

Tanto a jovem quanto a senhora se ressentem da mesma falta: atenção da imprensa e das instituições públicas para com os seus bens privados, não coletivos, não midiáticos. Tem início um processo de revisão na hierarquização das categorias patrimoniais. O acervo do Museu Casa de Cora é avaliado como apenas *papéis* e *documentos*; ao

12 Entrevista concedida à autora em janeiro de 2002.

13 Entrevista concedida à autora em janeiro de 2002.

passo que a casa de família é indicada como sendo equivalente à *história de vida*, sua prova tangível:

*Meus filhos foram criados nessa casa, passaram a adolescência, casaram aqui, então é uma história de vida que eu senti, em fração de segundos, ir tudo por água abaixo [...]. Só depois que eu vou saber o que eu perdi material, o que eu não perdi. Mas... de vida, de sentimento, eu perdi tudo! Não são recuperáveis, e a gente sente que ninguém está preocupado com isso, que esse pessoal que está aí, sobre essas verbas que estão chegando, essas coisas todas, está todo mundo de olho no dinheiro!*¹⁴

A sua situação de vítima da enchente se agravava, pois a casa em que morava de aluguel há mais de trinta anos, após passar pelo trabalho de recuperação, foi deveras valorizada, o que implicaria aumento significativo tanto do aluguel quanto do valor do imóvel para a venda. A entidade filantrópica proprietária do imóvel lhe informou sobre o interesse de um banco financeiro na compra do imóvel, para fins culturais. A localização, duas casas acima do Museu Casa de Cora Coralina, fez aumentar, em menos de duas décadas – a contar da morte da poetisa, em 1985, e da criação do Museu Casa de Cora Coralina, em 1989 –, o valor da propriedade pertencente à entidade¹⁵.

O título de patrimônio mundial valorizou sobremaneira as edificações. A senhora retirou todos os seus móveis, objetos e relíquias e os amontoou em um cômodo da casa do filho à mesma rua, enquanto aguardava a recuperação da casa. Depois de mais de um ano, ela se decidiu por alugar outro imóvel e desistiu da casa onde sempre viveu com o marido e onde criou todos os filhos – onde pensou sempre morar, mesmo sendo de aluguel, pois Goiás permitia (e creio que ainda permite em alguma medida) estas relações sociais e comerciais estendidas no tempo social. O título de patrimônio impôs abruptamente uma nova lógica comercial, que se baseava menos nas relações sociais, cristalizadas no decorrer das gerações, e mais na lógica do sistema mercantil. Já se podia, então, vislumbrar uma “paisagem de poder” sendo moldada em Goiás, em “torno da organização do consumo” da memória histórica

14 Entrevista concedida à autora em fevereiro de 2002.

15 Sendo um bem inalienável, a idéia era de se permutar a casa por outras duas ou três em outro lugar da cidade, menos valorizado.

(ZUKIN, 2000b: 109), cuja materialidade mais importante ainda residia no casario¹⁶.

A residência do casal Messias Ribeiro da Silva e Benício Ferreira Silva, localizada entre o Museu Casa de Cora Coralina e a casa daquela senhora, também foi cobiçada por agentes da cultura e do patrimônio logo após a enchente. O casal relatou-me as conversas informais que teve com duas senhoras que faziam mediação entre eles e o banco financeiro interessado na compra do imóvel. Interessa a mim menos a veracidade dos fatos do que a representação que deles teve o casal – ou seja, importa refletir sobre como foram recebidas as propostas de compra dos bens privados para atender à logística patrimonial. Dona Messias relembra:

Ah, é como a Carolina falou... ela falando que o Banco X queria comprar, ela e a Mariana. Ai eu falei que, se a casa de Cora é um patrimônio, a minha também é patrimônio. Que Cora fez tudo também pra merecer... mas que hoje só se vê falar em Cora, esqueceram do meu pai, que fez tudo na parte... na cultura musical. Não se vê falar quase o nome dele na cidade. Até no carnaval, que falaram que ia tocar as músicas dele, e quase não vi as músicas de pai tocando¹⁷.

Maestro João Ribeiro foi um compositor de estimado talento, principalmente de marchinhas de carnaval¹⁸. Até hoje, os vilaboenses tradicionais se lembram e cantarolam *Veneno*, sua marchinha mais admirada. Cora Coralina já foi devidamente patrimonializada. O pai desta senhora ainda não o foi. Talvez, em outro momento a gestão patrimonial por ele se interesse. Esperemos...

Ao ouvirem o lamento de dona Messias pela exclusão do nome de seu pai das políticas culturais da cidade, as mediadoras lhe disseram que a casa abrigaria um centro cultural e que poderiam dar nome a uma das salas de Maestro João Ribeiro. Perguntei a dona Messias o que ela achava da proposta: “*eu prefiro ficar na casa; e, quanto a essa coisa*

16 Segundo Zukin (2000: 109), a “paisagem de poder transferiu-se de cidades industriais, como Detroit, que parecem ter crescido ‘organicamente’ em torno da produção de materiais, para subúrbios e metrópoles, como Disney World e Las Vegas, que parecem construídas em torno da organização do consumo. Há três temas principais que regem a fabricação da paisagem: a memória histórica, a diversão como controle social e a cultura da natureza”.

17 Entrevista concedida à autora em fevereiro de 2002. Os nomes foram substituídos por pseudônimos.

18 Conferir Rodrigues (1982) e Mendonça (1981).

*de sala, aquilo ali é uma coisa à parte, que pode vir depois... alguém querer fazer aquilo ali. Não agora pedir pra desocupar, pra fazer aquilo ali*¹⁹.

O caso foi relatado com sentimento de indignação, pois não se conformavam com a proposta feita pelas mediadoras, *filhas de Goiás*²⁰, que insistentemente os pressionavam no cotidiano para venderem a casa. Ao falar sobre a casa, seu Benício revela o sentimento de coação que os circundava: “*é a parte afetiva, faz parte de nossa vida. A gente criou a família da gente inteirinha e deslocar a gente... a gente sente muito né? É o mesmo que você perdesse uma pessoa da família*”²¹. Para eles, que perderam um jovem filho, essa afirmação é substancial.

Bachelard (1983) insiste que na casa é onde nós mais sentimos o efeito do “lugar” sobre nossas vidas. Ela condensa a duração e a historicidade da habitação em um lugar arquiteturalmente estruturado. Casey (1996: 37). entende que os lugares

[...] rather than being one definite sort of things – for example, physical, spiritual, cultural, social – a given place takes on the qualities of its occupants, reflecting these qualities in its own constitution and description and expressing them in its occurrence as an event: places not only *are*, they *happens*.

A casa em Goiás é prova tangível da precedência, resistência e durabilidade de muitas famílias. Herança paradigmática, as casas de família figuram como elos entre gerações no espaço urbano, tornando ainda mais densa a relação entre família e lugar. Não se herda o objeto apenas, mas uma obrigação. Neste sentido, não é possível compreender a relação do vilaboense tradicional com sua casa se não se atenta para a trilogia que domina a lógica sócio-espacial formada pela casa própria, pelas casas dos vizinhos e pela rua. A casa vilaboense, de parede-meia, não está solta no espaço: ela está amparada por outras duas – exceção feita unicamente às casas de esquinas. Sentem que estas casas assim “*entrelaçadas dão a sensação de segurança pra gente*”²² – segurança que

19 Entrevista concedida à autora em fevereiro de 2002.

20 Categoria local que indica os nascidos na cidade de Goiás e aqueles que, muito embora tenham nascido em outras cidades como Goiânia, Brasília ou Rio de Janeiro, são *filhos de famílias* vilaboenses. Não se usa a categoria *filho de Goiás* para alguém que, apesar de nascido na cidade de Goiás, não seja de família tradicional e secularmente estabelecida. A estes se referem apenas como vilaboenses.

21 Entrevista concedida à autora em fevereiro de 2002.

22 Entrevista concedida à autora em junho de 2002.

não se funda apenas nas estruturas arquitetônicas, mas, sobretudo, na presença do *vizinho*, categoria social representada na obra de Cora Coralina (2001: 206):

*O vizinho é a luz da rua. Quando viaja e fecha a casa,
é como se apagasse a luz da rua... Indagamos quando
volta?*

*E quando o vizinho volta, abre as portas e janelas
é como se acendessem todas as luzes da rua
e nós todos nos sentimos em segurança.*

Estas coisas nos reinos de Goiás.

Os vizinhos fazem a mediação entre a casa e a rua, o privado e o público. É, assim, neste “pedaço” próprio de cada um que esta “malha de relações assegura o mínimo vital e cultural” que garante a sobrevivência, pois “para além da soleira da casa, portanto, não surge repentinamente o resto do mundo” (MAGNANI, 2003: 117).

Em Goiás, considero que esse sistema de relações estabelecidas, somadas aos valores simbólicos atribuídos às casas, é que têm ainda impedido que a contradição da “prospectiva patrimonial” se imponha: se, por um lado, “os patrimônios não podem ser tratados como produtos de marketing”, uma vez que, de alguma maneira, é necessário que “o patrimônio seja excluído do circuito dos valores mercadológicos, para salvar seu próprio valor simbólico”, por outro lado “não existe desenvolvimento cultural sem comercialização” (JEUDY, 2005: 20).

Convicta de que não venderia a casa, dona Messias afirmou categórica:

*Vale mais pra nós a parte afetiva do que monetária, porque não
existe dinheiro... É uma casa que não existe nada, nada que faça
vender essa casa. Ali viveram meus pais tão felizes naquele lugar!
Meu pai compondo aquelas músicas, com a minha mãe ao lado, com
os filhos ao lado. Por que vender? Nada faz vender²³.*

A casa se configura em um “lugar de memória” da família (NORA, 1997); é um conjunto de imagens que dão ao homem razões ou ilusões de estabilidade (BACHELARD, 1986); “landmarks of life rather than na abstract celebration of eternity” (HERZFELD, 1991: 54).

Além desses valores de ordem afetiva, somaram-se ao casario de

²³ Entrevista concedida à autora em fevereiro de 2002.

Goiás o valor de patrimônio nacional, em função dos valores histórico, estético e arqueológico atribuídos pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), e o valor de patrimônio mundial, reconhecido pela Unesco. Sobre a coexistência de diferentes valores, Herzfeld (1991: 54) afirmou que a diferença entre o discurso oficial e o social é que “official discourse centers on the ownership of monuments, physical proxies for a collective past”, enquanto “social discourse resist this bureaucratic impertinence [...]”. It centers on the the ownweship of homes, physical embodiments of a multiplicity of individual and family pasts”..

Em reunião da diretoria da Associação Casa de Cora Coralina, o interesse do banco financeiro na compra da casa foi trazido da seguinte forma:

Houve interesse manifestado pelo Banco [...] em apoiar iniciativas da Casa de Cora Coralina em especial na aquisição de um imóvel vizinho à Casa de Cora para abrigar tarefas administrativas e a reserva técnica da Casa de Cora. Aparentemente, o vizinho não se interessa em dispor do imóvel²⁴.

Uma gestora do patrimônio local lembrou que algumas residências na rua poderiam *convir à Casa de Cora*, uma vez que seus proprietários não dispunham de recursos para mantê-las²⁵. A pressão exercida por sobre os proprietários das casas se dava em função da grande atribuição de valor à Rua Dom Cândido Penso, “paisagem de poder” construída com base no nome e na obra da poetisa da *Casa Velha da Ponte*.

De todos os objetos da área tombada, “caracteres no teatro urbano”, “atores” e “heróis de legenda”, que “organizam em torno de si o romance da cidade”, a Casa de Cora é um desses personagens urbanos que têm vida própria (de CERTEAU, 1997: 192). É, sobretudo, neste lugar de Goiás que a lógica da “economia da restauração” se impôs, ao tender, como afirmou de Certeau (1997), a “separar dos lugares aqueles que lá vivem”, subtraindo “a usuários o que apresenta a observadores”. Esta “operação teatral, pedagógica e/ou científica [...]”

²⁴ Ata da reunião da Associação Casa de Cora Coralina, do dia 11 de fevereiro de 2002, p. 1-2. In: Procedimento Administrativo MPF/PR/GO n°. 1.18.000.003412/2002-81. Volumes I, p. 127-128. Procuradoria da República no Estado de Goiás. Ministério Público Federal. (Área 5, Tutela Coletiva, 4ª CCR).

²⁵ Idem.

retira de sua utilização cotidiana (de ontem e de hoje) os objetos que oferece à curiosidade, à informação ou à análise” (Idem: 195).

A casa onde residiu aquela senhora por mais de 30 anos foi alugada por uma entidade, administrada por um europeu, que atua na periferia da cidade junto a crianças carentes, com verbas internacionais. Na casa, a entidade instalou uma loja de artesanatos e de produtos importados.

Menos vulnerável às forças do mercado, a casa de dona Messias com ela permaneceu. Lá ela própria instalou o seu comércio, anteriormente estabelecido em outro ponto da cidade. Nem Dona Messias nem qualquer outro morador da rua vendeu sua casa. A maior parte dos proprietários de Goiás ainda resiste ao valor de mercado aplicado aos seus patrimônios privados, o que pode indicar que a noção de *lugar* com suas “forças resistentes à mudança em nome da estabilidade e da tradição” ainda prepondera sobre os valores de *mercado*, cujas forças agem “a favor da mudança, do deslocamento e da modernização” (ZUKIN, 2000b: 107). Ou será que os vilaboenses estariam conseguindo compatibilizar na prática social *mercado e lugar*?

Não apenas a Casa de Cora e a Cruz do Anhanguera são destaques na mídia e nas agendas dos setores privado e público, como também as fachadas das residências, as quais, se são privadas do ponto de vista do direito, são simbolicamente públicas. As fachadas são as paredes exteriores do domínio privado, de um lado, e, de outro, paredes interiores do âmbito público (HOLSTON, 1993: 125).

Após a enchente, algumas casas impactadas pela inundação, que tinham suas fachadas descaracterizadas com alpendres e vitrôs, aceitaram retornar ao estilo colonial. Para isso, receberam verba do Monumenta/BID. Do moderno para o antigo, do local para o mundial, as fachadas de Goiás foram, pouco a pouco, sendo conformadas ao padrão próprio para o consumo visual global. É neste processo ficcional das identidades que o invólucro é tomado pelo conteúdo, e a parte pelo todo (PEIXOTO, 2004).

Prevalece, como afirmou Jeudy (2005: 16), o “engodo de uma atualização do que se guarda e se transmite”, de maneira que as “diferenças temporais entre passado, presente e futuro são aniquiladas graças ao simulacro dessa atualização”. É assim que a “lógica da conservação patrimonial exclui o acidente de transmissão” e, “como se fosse uma peça faltando em uma coleção, o que foi esquecido [as

fachadas coloniais], pode ser descoberto a qualquer momento, para entrar de imediato em procedimento de conservação patrimonial” (Idem: *ibidem*).

Enquanto o casario, especialmente as fachadas, além dos monumentos, pontes e ruas recebiam a atenção dos órgãos governamentais, dos não-governamentais e das empresas privadas, a lamentação por outras perdas raramente encontrava eco. Que a lógica da conservação patrimonial privilegia o coletivo e o público, é um fato. Mas isso não significa ausência ou desintegração dos interesses individuais e privados (familiares) na cidade monumentalizada. Eles ficam subsumidos à idéia de um patrimônio coletivo construído com base na identidade local. Ganham destaque quando essas identidades, que são sempre parciais e conflituais, entram em confronto. Casa de Cora, Cruz do Anhanguera e fachadas do casario são recursos metonimicamente oferecidos por esta identidade local ao processo de patrimonialização a fim de tornar plausível coletivamente a transformação por ele operada (PEIXOTO, 2004).

Mas estes recursos coletivos tornam-se vazios de significados para aquelas pessoas destituídas dos seus objetos e relíquias, da sua ambiência e lugar. As identidades são sempre “situated within and articulated with respect to particular places and with reference to specific objects and surroundings” (MALPAS, 1999: 184). Desprovidos de seus lugares e objetos, os vilaboenses atingidos pela enchente podem ter sentido “almost literally a separation from parts of oneself” (Idem: 183-184).

Logo após a enchente, treze imóveis comerciais construídos a menos de 50 m do leito do rio foram acusados de coibir a vazão das águas em período de cheia²⁶. Eram construções feitas sobre um muro de arrimo, que funcionava como aterro no Rio Vermelho. Este muro foi indicado como um dos responsáveis pelo estrangulamento do rio, favorecendo a inundação. Prefeitura Municipal e Ministério Público consideravam que os prédios estavam em área irregular.

Os proprietários contestaram, pois entendiam que outros imóveis patrimoniais, ainda mais adentrados no leito do rio, estavam imunes a

²⁶ Sobre isso, diz o laudo da Defesa Civil: “a área comercial localizada abaixo do Mercado Municipal e às margens do referido rio foi totalmente destruída, sendo que os imóveis localizados na Praça do Mercado antigo representam perigo iminente a toda a população”. 2002, s/p.

qualquer avaliação crítica, pela legitimidade dada por uma história mais profunda temporal e simbolicamente, como é o caso do Museu Casa de Cora Coralina. As águas do Rio Vermelho, ao sujarem de lama e destruírem o comércio próximo ao Mercado Municipal, paradoxalmente serviram para propiciar um discurso de higienização das áreas urbanas (de CERTEAU, 1997; LEITE, 2001; JEUDY, 2005) – não de todas, apenas daquelas que não se enquadram no sistema patrimonial gerido pela elite cultural e política.

Um dos proprietários de um dos prédios comerciais argumentou que uma das causas do estrangulamento do rio situa-se antes do Mercado, referindo-se à inundação do Córrego Manuel Gomes, que deságua no Rio Vermelho, já na entrada do centro histórico, concluindo que “*chega lá em baixo é que dá aquele estrondo, mas nós não são culpado lá embaixo né?*”²⁷. Apontou também a Ponte do Mercado e a Pedreira logo abaixo como fatores agravantes, pois dificultam a vazão das águas. Questionou sobre os critérios que definem imóveis *no leito do rio*²⁸:

*Por exemplo, aqui tem a casa do Sabino, tem a casa de Cora Coralina, tem o Hospital São Pedro à beira do rio, tem o posto também, tudo na beira do rio, não é? Então geralmente, área de risco pertence a todos aqui, que estão localizados na beira do rio, mas se fosse tirar todo mundo da beira do rio, afastar 50 metros... não tem condições né?*²⁹

Questionou o fato de que a desapropriação atingiria o comércio próximo ao Mercado, enquanto a Casa de Cora, por exemplo, inteiramente construída *no leito do rio*, passaria ilesa ao debate. A Casa de Cora tem imunidade. É patrimônio coletivo que colabora para potencializar a construção da cidade monumento (DELGADO, 2005): casa vazia de gente da vida cotidiana da cidade, cheia de turista, uma das primeiras a receber verbas – por isso a mais citada negativamente pelos vilaboenses, cujas casas foram atingidas pela enchente. A crítica residia na classificação realizada pelos agentes e financiadores da restauração dos patrimônios.

Em junho de 2004 – significativamente em meio ao VI Festival Internacional de Cinema e Vídeo Ambiental (FICA), período durante

27 Entrevista concedida à autora em janeiro de 2002.

28 A expressão *no leito do rio* significa que os imóveis estão a menos de 50 m do curso do rio.

29 Entrevista concedida à autora em janeiro de 2002.

o qual é comum se realizarem obras e limpezas relâmpagos para receber os milhares de turistas –, os treze prédios comerciais, ainda em ruínas, foram demolidos por decisão do Ministério Público, que “não reconheceu valor histórico, artístico ou cultural, dispensando a restauração dos imóveis e cobrando a demolição”³⁰. Os moradores, comprovando a legalidade da ocupação e o período de construção de mais de cem anos (antecedendo ao Mercado Municipal), brigam por indenização³¹.

Muitos outros estão a menos de 50 m do leito do rio, mas aqueles sem valor histórico, artístico ou cultural devem ser sacrificados pelos outros. Este poder, tal qual fosse terapêutico, processa a curetagem dos prédios comerciais, para garantia da “saúde do corpo social”. Por isso, afirma de Certeau (1997: 196) que “esta restauração urbanística é também uma ‘restauração’ social”. Comenta-se na cidade que há um projeto do IPHAN e do Monumenta/BID de reurbanização do espaço próximo ao Mercado, incluindo o lugar onde existiram outrora os treze prédios comerciais. O projeto prevê área de lazer, paisagismo, etc. A prática de *gentrification* poderá incidir sobre mais um lugar na cidade³².

O valor reside no coletivo, no público e nos bens culturais quem atendem “as pressões para o ajuste às normas do mercado global” (ZUKIN, 2000b: 105). O vilaboense, sua casa atingida, seu comércio e suas relíquias e lembranças carregadas pelo rio, complementares daquele patrimônio, foram por ele englobados no momento da captação de verbas e das políticas públicas que selecionaram, restauraram ou eliminaram construções. Bem lembrou Peixoto (2004) que este jogo representacional e cênico dos processos de patrimonialização não se concretiza, sem exclusões, sem dominações, sem exuberâncias.

Objetos e relíquias fazem a ponte entre o ontem e o hoje, simbolizam os laços de continuidade no tempo. Por favorecerem o acesso ao passado, parte integrante do nosso sentido de identidade

30 Marília Assunção, “Ruínas de prédios enfim são demolidas”, *O Popular*, Goiânia, 3 de junho de 2004, p. 5.

31 Os processos estão ainda tramitando em juízo.

32 As práticas de *gentrification* tiveram início na cidade de Goiás já ao fim do século XX, quando o governo do Estado de Goiás investiu na instalação da rede de esgoto e da fiação subterrânea (energia elétrica e telefonia). Posteriormente, vários foram os projetos de requalificação urbana financiados pelo Programa Monumenta/BID: quatorze casas atingidas pela enchente, o Chafariz de Cauda, o Largo do Coreto, a Estrada Real. Em pauta estão o projeto de “Requalificação do trecho urbano do Rio Vermelho” e a requalificação do Mercado Municipal e seu entorno.

(LOWENTHAL, 1998a), as relíquias e os objetos do cotidiano propiciam, juntamente com a casa, “a comunicação silenciosa que marca nossas relações mais profundas” (BOSI, 1983: 361).

A inundação do Rio Vermelho provocou uma ruptura nas formas habituais da vida cotidiana privada, pois privou seus moradores não apenas da casa em sua estrutura física, como também de quase todos os seus pertences. Sem as casas e os objetos e relíquias do cotidiano, tiveram sua “segurança ontológica” drasticamente abalada ou rompida, pois já não dispunham mais da “confiança de que os mundos natural e social são como parecem ser, incluindo os parâmetros existenciais básicos do *selfe* e da identidade social” (GIDDENS, 1989: 305).

Um advogado cujo escritório foi invadido pelas águas do rio revela as conseqüências psicológicas por ter sido o seu patrimônio profissional completamente destruído.

Perdi todos, tive que comprar tudo de novo [...]. E esses livros aí foi uma perda sentimental até, como se fosse um álbum de família que você perde. Pra mim tinha um relacionamento com esses livros como a gente tem com um álbum de fotografia da infância ou de parentes que já se foram [...]. O sentimento que a gente tem é que todo o trabalho durante todo o decorrer da vida até aquele momento foi perdido, que a partir daí teria que começar tudo de novo, da estaca zero [...]. Então... tudo perdido... e aí veio depressão³³.

Mais do que estéticos, os objetos “nos dão um assentimento à nossa posição no mundo, à nossa identidade” (BOSI, 1983: 5). Rota para o passado do filho jovem falecido, a fita de vídeo surge como a relíquia mais preciosa:

Muita coisa foi embora. Fita do meu filho... eu tô apaixonada pela fita do meu filho... que era a lembrança que eu tinha dele né? [...]. Nunca podia pensar que aquilo fosse sumir da minha casa. Aquilo é a maior coisa... Podia levar tudo! Podia levar todas as coisas, menos aquela fita!³⁴

O lamento é compreensível, uma vez que “um passado que carece de relíquias tangíveis parece demasiado tênue para ser crível” (LOWENTHAL, 1998a: 358). Outra vilaboense que teve duas casas de

33 Entrevista concedida à autora em fevereiro de 2002.

34 Entrevista concedida à autora em fevereiro de 2002.

família atingidas pela enchente narra a cena dos móveis sendo carregados pelas águas:

Eu estava tentando socorrer as coisas da minha casa, quando eu fiquei sabendo que a casa da minha família, que é a casa em frente à casa de Cora, que estava sendo desmoronada, alguns pedaços estavam caindo das paredes e eu fui até a esquina pra ver e vi objetos que marcaram a minha infância, a minha adolescência saindo pelos buracos que foram feitos pela água, como cristaleiras que tinham peças que minha avó guardava com muito carinho, de bodas de prata, bodas de ouro... jogo de cristal que nunca podia ser usado porque tinha que ser guardado, a cadeira de balanço que era... todas as vezes que a gente chegava era o local onde a gente sempre encontrava ela sentada e essa cadeira quando foi... pra mim foi o ponto que mais me machucou. Eu vi todos os móveis saindo... eu vi... pelo buraco... saindo e tomando a correnteza [...]. Eu olhava e chorava!³⁵

Talismãs de continuidade, evidências materiais do passado (LOWENTHAL, 1998a), os móveis de família, ao serem levados pelo rio, abalam a tangibilidade da memória da família. A casa da família ficaria, então, sem o que Baudrillard (1993: 23) chama de “móveis monumentos”, aqueles que respondem à persistência das estruturas familiares tradicionais. Para Baudrillard, o homem tem necessidade destes talismãs que são os objetos antigos, revestidos sempre “no seio do meio ambiente, de um valor de célula-mãe” (Idem: 87). Daí porque o sentimento de outro morador (44 anos):

O meu sentimento maior... na verdade, paredes você reconstrói, isso é bobagem... o sentimento maior foi ver desfigurado o ambiente que eu conheci: os móveis, as louças, aquelas coisas, pobres, relativamente pobres, mas que tinham um significado especial, porque eram objetos que acompanhavam a família há muitíssimos anos. Meus avós celebraram cinquenta anos de casados. Então eram objetos que vinham acompanhando a vida deles e a vida e meus pais, meus tios, as nossas né. E entrar lá depois e ver aquela imagem de destruição e hoje mesmo, eu te confesso, depois que eu retornei lá depois da casa arrumada, não é pra mim mais a mesma coisa. Eu evito voltar lá, porque é muito doloroso você não encontrar aqueles objetos familiares. Você olha num lugar esperando ver alguma coisa, você não vê ou vê uma coisa diferente³⁶.

35 Entrevista concedida à autora em fevereiro de 2002.

36 Entrevista concedida à autora em abril de 2003.

Com o rio, foram-se os “objetos biográficos”, representação da experiência vivida, componentes da ambiência da casa. Segundo Bosi (1983: 360), “mais do que um sentimento estético ou de utilidade, os objetos nos dão um assentimento à nossa posição no mundo, à nossa identidade”. A ambiência desfigurada provoca um sentimento de dor, ausência dos objetos através dos quais

[...] o ser disperso se identifica com a situação original e ideal do embrião, involui para a situação microscópica e central do ser antes do seu nascimento. Estes objetos fetichizados, pois, não são nem acessórios nem simplesmente signos culturais entre os outros: simbolizam uma transcendência interior, o fantasma de um núcleo de realidade de que vive toda a consciência mitológica e individual [...]. Ilhas e lendas, tais objetos devolvem para alguém do tempo, o homem a sua infância, quando não a uma anterioridade mais profunda ainda, a de um pré-nascimento em que a subjetividade e em que esta ambiência é tão somente o discurso do ser para consigo mesmo (BAUDRILLARD, 1993: 87-88).

Se membros de família tradicional se lamentavam pelos móveis, jóias e fotografias, outros, mais humildes, habitantes dos becos, tinham outras lamentações, outros medos. Uma das vítimas da enchente, moradora do Beco Vila Rica, cuidava do pai que vivia acamado. Ela fugiu das águas do rio com o pai no colo para a casa da vizinha, e, por ter sido esta também atingida pela enchente, correu para a casa da mãe da vizinha, que também encheu com as águas; e ela foi, então, para a escola na qual é professora, e lá permaneceu. Perguntei o que mais ela temeu perder

Eu acho que o meu medo maior na enchente foi que a água levasse o meu pai... esse foi o medo maior... [...]. E toda hora vinha na minha cabeça que o meu pai estava lá [choro]. Parece que eu não tinha conseguido tirar ele sabe? Aí eu ia sempre no salão [da escola] que eu tinha colocado ele pra ver se ele tava lá, porque parece que eu ficava enxergando ele naquela cama. Aí, passando uma semana, parece que eu tinha a sensação que a água estava atrás de mim. Eu vendo o meu marido correr como meu pai e a água parece que estava pegando a gente!³⁷

37 Entrevista concedida à autora em fevereiro de 2002.

Uma monografia, um livro com anotações, fotografias, jóias de família, uma fita de vídeo, uma cadeira de balanço, documentos, a lembrança do trauma da enchente: em cada casa atingida pela enchente, um lamento. Sem solução, sem restauro, sem reparos: apenas a dor por um patrimônio pessoal ou familiar que se foi para sempre e que não encontra eco nas políticas oficiais de patrimônio.

Enquanto lamentavam, os vilaboenses viam os patrimônios coletivos e públicos serem reerguidos a toque de caixa. Em nome do patrimônio, as fachadas voltaram ao estilo colonial; o Museu Casa de Cora não apenas foi recuperado fisicamente, mas ganhou também um novo projeto museológico; as pontes lograram oportunidade de serem recuperadas na direção do estilo mais similar ao início do século. A Cruz do Anhanguera foi transferida para o Museu das Bandeiras, e uma réplica foi colocada em seu lugar. E, assim, a propósito da enchente, a cidade se tornou mais cenográfica. “*Bendita enchente!*”, diziam alguns.

Também *bendita* para outros, uma vez que desvelou grupos de interesses e permitiu que várias decisões não fossem mais recebidas ingenuamente. Uma senhora, fortemente abalada material e psicologicamente, desabafou:

Eu acho que essa história do patrimônio da humanidade que enche a boca de tanta gente, que tanta gente acha que foi o máximo pra Goiás, pra mim, não foi o máximo, foi ao contrário, foi... foi revelar o caráter de algumas pessoas e confirmar pra mim aquilo que meu esposo sempre falava, que nós ainda íamos dar razão pra ele um dia quando víssemos o que o patrimônio da humanidade ia trazer pra nós. Só desavença, ganância, todo mundo só querendo olhar o dinheiro, quantitativo, nada de humano, e essas coisas tão acontecendo aí [...]. E eu acredito que... se Cora Coralina fosse viva – ela que ia estar sendo tão badalada nessa época agora da enchente, ela que instituiu o dia do vizinho – ela não estaria nem um pouquinho contente com nada disso que está acontecendo, porque ela não era assim. Isso é o que mais decepciona a gente!³⁸

Cora Coralina é lembrada para legitimar um desacordo para com a lógica da conservação patrimonial imposta à cidade. O título de patrimônio mundial recém conquistado foi bem pouco comemorado, visto que, com as águas do Rio Vermelho, se foram também algumas

38 Entrevista concedida à autora em 2002.

utopias ancoradas no reconhecimento mundial da singularidade da paisagem cultural da cidade.

O título que a tudo englobava passou a ser observado com maior acuro, e a hierarquização feita com base na classificação patrimonial foi sendo motivo de crítica. A evidência da diferença em termos de valores simbólicos foi potencializada pela diferença em termos de valores mercantis, e vice-versa.

Desprovidos da tangibilidade dos objetos e das relíquias, ficaram os vilaboenses com as lembranças – estas que passaram a ser narradas, para que não se esqueçam os *filhos de Goiás* nem da enchente de 2001, nem dos patrimônios privados e afetivos que o Rio Vermelho levou.

Referências Bibliográficas

BACHELARD, Gaston. **La poética del espacio**. México: Fondo de Cultura Económica, 1986.

BAUDRILLARD, Jean. **O sistema dos objetos**. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1993.

BOLLE, Willi. **Fisiognomia da metrópole moderna**: representação da história em Walter Benjamin. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

CASEY, Edward S. “How to Get From Space to Place in a Fairly Short Stretch of Time: Phenomenological Prolegomena”. *In*: FELD, Steven & BASSO, Keith H (Eds.). **Senses of Place**. Santa Fé, New México: School of American Research Press, 1996 (pp. 13-52).

De CERTEAU, Michel; GIRARD, Luce; MAYOL, Pierre. **A Invenção do Cotidiano**: artes do fazer. Petrópolis: Vozes, 1994 [Tradução Ephraim F. Alves e Lúcia Endlich Orth].

_____. **A Invenção do Cotidiano**: 2. morar, cozinhar. Petrópolis: Vozes, 1997 [Tradução Ephraim F. Alves e Lúcia Endlich Orth].

DELGADO, Andrea Ferreira. “Goiás: a invenção da cidade ‘Patrimônio da Humanidade’”. *In*: **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, ano 11, n.º 23, jan-jun., 2005 (pp. 113-143).

GIDDENS, Anthony. **A Constituição da Sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Centauro, 2004 [Tradução Laís Teles Benoir].

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Edições Loyola, 1992 [Tradução Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves].

HERZFELD, Michael. **A Place in History**: social and monumental time in a Cretan Town. Princeton/New Jersey: Princeton University Press, 1991.

HOLSTON, James. **A cidade modernista**: uma crítica de Brasília e sua utopia. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

JEUDY, Henry Pierre. **Espelho das Cidades**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005 [Tradução Rejane Janowitzzer].

LEITE, Rogério Proença. **Espaço público e política dos lugares**: usos do patrimônio cultural na reinvenção contemporânea do Recife Antigo. Tese (Doutorado em Antropologia) – Unicamp. Campinas: 2001.

LOWENTHAL, David. **El Pasado es un País Extraño**. Madrid: Ediciones Akal, 1998a.

_____. **The Heritage Crusade and the Spoils of History**. Cambridge: Cambridge University Press, 1998b.

MAGNANI, José Guilherme C. **Festa no pedaço**: cultura popular e lazer na cidade. São Paulo: Hucitec/UNESP, 2003.

MALPAS, J. E. **Place and Experience**: A Philosophical Topography. Cambridge, Cambridge University Press, 1999.

MENDONÇA, Belkiss S. C. **A música em Goiás**. Goiânia: Ed da UFG, 1981. 2ª ed.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. “O patrimônio cultural entre o público e o privado”. *In: O direito à memória*: patrimônio histórico e cidadania. Secretaria Municipal de Cultura. Departamento de Patrimônio Histórico. São Paulo: DPH, 1992 (pp. 189-194).

NORA, Pierre. **Les lieux de mémoire: la Republique, la Nation, lês France**, 1. Paris: Quarto Gallimard,. 1997.

PEIXOTO, Paulo. “A identidade como recurso metonímico dos processos de patrimonialização”. *In: Revista Crítica de Ciências Sociais*, 70, 2004 (pp. 183-204).

RODRIGUES, Maria Augusta Calado de S. **A Modinha em Vila Boa de Goyaz**. Goiânia: Editora da UFG, 1982.

TAMASO, Izabela. “**Tratorando**” a **História**: percepções do conflito na prática de preservação do patrimônio cultural edificado em Espírito Santo do Pinhal (SP). Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Brasília: UnB, 1998.

_____. “Preservação dos patrimônios culturais: direitos antinômicos, situações ambíguas”. *In: Anuário Antropológico/98*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2002 (pp. 11-50).

ZUKIN, Sharon. “Paisagens urbanas pós-modernas: mapeando cultura e poder”. *In: ARANTES, Antonio. A. (org.) O espaço da diferença*. Campinas: Ed. Papirus, 2000a (pp. 80-103).

ZUKIN, Sharon. “Paisagens do século XXI: notas sobre a mudança social e o espaço urbano”. *In: ARANTES, Antonio A. (org.) O espaço da diferença*. Campinas: Ed. Papirus, 2000b (pp. 104-115).